

MEMÓRIA DE IMAGENS DE TRABALHADORES RURAIS: MARCHAS DAS LIGAS CAMPONESAS, PERNAMBUCO, 1960

MEMORY OF IMAGES OF RURAL WORKERS: MARCHES OF THE PEASANT LEAGUES, PERNAMBUCO, 1960

Pablo F. de A. Porfírio¹

Endereço profissional: Avenida da Arquitetura, Cidade Universitária
50740550 - Recife, PE.
E-mail: pabloporfírio@hotmail.com

Resumo: Este artigo estuda, a partir das fotografias produzidas no início dos anos 1960, as manifestações políticas de trabalhadores rurais, integrantes das Ligas Camponesas, em Pernambuco. Investigamos os itinerários dessas imagens, identificamos e analisamos os discursos e práticas que criminalizavam as ações destes trabalhadores e tentaram soterrar as exposições de suas revoltas, conquistas e comemorações. Concluímos que essas fotografias podem formar uma memória de imagens, um contrapoder, que oferece novas narrativas sobre o Golpe-civil militar de 1964.

Palavras-chave: Fotografia; Trabalhadores rurais; Ditadura militar.

Abstract: This article studies, starting with the photographs produced in the early 1960s, the political manifestations of rural workers who were members of the Peasant Leagues in Pernambuco. We investigated the itineraries of these images, identified and analyzed the discourses and practices that criminalized the actions of these workers and attempted to bury the expositions of their revolts, conquests and celebrations. We conclude that these photographs can draw up a memory of images, a counterpower, which offers new narratives about the 1964 military-civilian coup.

Abstract: Photograph; Rural workers; Military dictatorship.

¹ Professor do Colégio de Aplicação da UFPE e do Programa de Pós-graduação em História da UFPE.

Introdução

Este artigo apresenta algumas fotografias de trabalhadores do meio rural na segunda metade do século XX no Brasil. Imagens que registraram essas pessoas em momentos de manifestação política, levantes, revoltas e comemorações. Circularam na imprensa e em prontuários policiais.

As imagens representavam ações de integrantes das Ligas Camponesas, nome popular da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, criada a partir de 1955, em Vitória de Santo Antão, na Zona da Mata de Pernambuco². Os atos das Ligas impactaram a agenda política do país, incluindo nela as reivindicações dos trabalhadores da cana-de-açúcar por melhores condições de vida. Sobre o estudo da atuação deste movimento, que agiu na mobilização dos trabalhadores rurais até 1964, já existe uma bibliografia³. Há ainda alguns estudos sobre a ação do mais conhecido líder das Ligas Camponesas, o deputado socialista e advogado Francisco Julião⁴.

Neste texto, interessa-me contar a história desses trabalhadores a partir de seus gestos, suas formas de aparição registradas nas representações visuais fotográficas. Durante minhas pesquisas nos últimos anos, deparei-me com algumas dessas imagens. Passaram como lampejos, riscando meu campo de visão. Não se demoraram, sobretudo, pela minha incapacidade de lhes fazer perguntas, de mover-me para vê-las. Sobreviveram às intempéries do tempo, às decisões políticas, às suas próprias fragilidades e se projetaram, reapareceram no decorrer das pesquisas.

Essas imagens são restos, sobras que representam uma experiência política, uma ação, as revoltas de indivíduos. Viviam a condição da extrema pobreza nos engenhos e passaram a se movimentar, ir além do horizonte oferecido pelos canaviais, desejar algo novo no início da década de 1960. Desejaram direitos sociais e reconhecimento, pelo Estado, do estatuto de trabalhadores. Desejaram políticas públicas que lhes garantissem a dignidade para a existência. Desejavam ser vistos como sujeitos políticos.

2 O Diário de Pernambuco passou a nomear a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco de Ligas Camponesas, uma referência às organizações criadas pelo Partido Comunista na década de 1940. O objetivo era criminalizar o movimento. O nome logo se tornou popular, sendo utilizado pelos próprios camponeses.

3 AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982; DABAT, Christine Rufino. *Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007; MONTENEGRO, Antonio Torres. *Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. Vol. 3 - O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; Autor, 2009.

4 PORFÍRIO, Pablo. F. de A. *Francisco Julião: em luta contra seu mito. Golpe de Estado, Exílio e Redemocratização do Brasil*. Juiz de Fora: SP, Paco Editorial, 2016; SANTIAGO, Vandek. *Francisco Julião, as Ligas e o golpe militar de 64*. Recife: Comunigraf, 2004.

Revoltas e sobrevivências

Existe uma fotografia que se encontra colada ao verso da capa do Prontuário Individual de Francisco Julião, confeccionado pela Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS-PE). O volumoso material guarda as informações produzidas e coletadas pela polícia política no período em que investigou o advogado, deputado socialista, líder da Ligas Camponesas e exilado político. São relatórios, imagens, recortes de jornais e outros documentos. A fotografia é o primeiro a ser visualizado por quem abre o prontuário. Funciona como um cartão de apresentação escolhido pela polícia. Não há informações sobre quem a produziu. Teria sido apreendida pelos policiais? Parece-me uma hipótese provável, que será retomada adiante.

A polícia política não registrou data ou local do ato fotografado. Tampouco a identificação das pessoas presentes, exceto Francisco Julião, posicionado no centro da imagem, e investigado naquele prontuário DOPS-PE. Nesse caso, as faixas e os cartazes carregados pelos fotografados são pistas que nos auxiliam a produzir algumas informações sobre o ato representado e as pessoas presentes.

Figura 1 - Fotografia do Prontuário Individual de Francisco Julião



Fonte: Prontuário Francisco Julião nº 11442 – APEJE.

Um grupo, formando uma massa densa, um único corpo, toma o centro da imagem. Acima aparece a inscrição *A fascinante*, nome da loja, localizada na esquina, onde se poderia comprar chapéus, tecidos e miudezas. *A fascinante* também pode funcionar como título da fotografia ou mesmo como adjetivo daquela reunião. Não se

sabe se era essa a intenção de composição do fotógrafo.

A faixa e os cartazes levantados colocavam o leitor em contato com os fotografados. Informavam sobre aquele ato. Registravam algumas daquelas vozes, situavam historicamente aqueles rostos sem nomes. A faixa central saudava Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, e Aduino. Destaco aqui a referência ao segundo nome. As pesquisas indicaram ser Aduino Freire da Cruz, que passou a atuar nas Ligas em 1962⁵ e tornou-se presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Goiana no ano seguinte. O ato era então uma mobilização organizada pelas Ligas Camponesas e pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais, provavelmente, no ano de 1963. Cito esta data a partir da leitura do cartaz que afirmava “vitória dos camponeses 80 por cento”. Informava o resultado da greve daquele ano que, em novembro, mobilizou centenas de milhares de trabalhadores e parou as atividades de engenhos e de usinas da Zona da Mata de Pernambuco⁶. Da pauta de reivindicação foi conquistado o reajuste de 80% nos salários.

No centro da imagem, a faixa afirmava que os “camponeses goianenses saúda (sic) Julião e Aduino”. Indicava o possível local onde foi produzida a fotografia e ocorria a manifestação: a cidade de Goiana, Zona da Mata Norte de Pernambuco. Os camponeses saudavam os líderes dos camponeses pela vitória obtida na greve de 1963. Eles não pareciam estar em qualquer lugar da cidade. A loja *A fascinante*, que vendia artigos requintados, e tinha várias portas, indicativo de seu grande tamanho, deveria estar localizada no centro da cidade ou em uma de suas principais ruas. Ou seja, a manifestação dos trabalhadores realizava-se, possivelmente, em uma importante parte da cidade e chamava atenção dos moradores ou mesmo os amedrontava, visto que, como mostra o lado direito superior da fotografia, alguns colocavam apenas as cabeças para fora das janelas e portas ou mantinham distância para observar o que ocorria adiante.

Nessa manifestação quero novamente destacar a figura de Aduino Freire da Cruz. Desconfio que ele era a pessoa posicionada à direita de Francisco Julião. A imagem um pouco desfocada não me permite a certeza. Sabe-se, contudo, por meio do Processo Trabalhista nº 215/63, da Junta de Conciliação e Julgamento de Goiana, que Aduino Freire era o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Goiana no ano de 1963. O referido processo foi movido por Josefa Maria da Conceição contra a Companhia Açucareira de Goiana, após ter sido demitida sem justa causa e não ter recebido qualquer indenização. Sentindo-se injustiçada, a reclamante procurou a garantia de seus direitos recorrendo à Justiça do Trabalho. Na leitura dos autos, identificou-se a informação que Josefa Maria, a partir de junho de 1963, passou a morar

5 SIQUEIRA, Antonio Jorge. No Fundo da Mala: Conflitos Trabalhistas na Mata Norte de Pernambuco. Revista PRIM@ FACIE: Direito, História e Política. João Pessoa: PPGCJ, v. 13, n. 25, 2014. pp. 18.

6 BARROS, Júlio César Pessoa de. Conflitos e negociações no campo durante o primeiro governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964). Dissertação de Mestrado em História - UFPE, 2013. 240 f. pp. 180-185.

com Aduino, presidente do Sindicato Rural. Seria Josefa alguma das mulheres da fotografia? Imagina-se que sim. Ela e várias das mulheres fotografadas tinham trajetórias de trabalho semelhantes.

O casal talvez estivesse junto nas comemorações pelas conquistas da greve de 1963, ocorridas no mês de novembro, quando foi assinado o acordo que previa o reajuste de 80% dos salários⁷. Aduino Freire, como representante dos trabalhadores, esteve presente nas diversas negociações e mobilizações durante o ano de 1963. Nesta linha de pensamento, a fotografia dos camponeses (fig. 01) registrava um movimento coletivo e vitorioso, em um ano de vários conflitos, mortes e repressão aos trabalhadores, mas também de conquistas.

Há relatos de episódios de violência por parte dos patrões durante todo ano de 1963⁸. Em um deles, no mês de janeiro, cinco trabalhadores foram assassinados na esplanada da Usina Estreliana. Naquele ano, Aduino sobreviveu às repressões sobre o movimento grevista e, no seguinte, ao Golpe Civil-militar de 1964. Passou a viver na clandestinidade e a se chamar Celestino Alves da Silva, tentando fugir da perseguição política da ditadura militar.

Aduino Freire nasceu na Paraíba. Seu pai era camponês assalariado. Sua mãe tinha origem camponesa, mas também trabalhou como operária na fábrica têxtil da cidade de Rio Tinto. Migrou para Pernambuco e atuou no Partido Comunista. Em 1962, ingressou nas Ligas Camponesas, convidado por Clodomir Moraes, um dos líderes do movimento. Com o Golpe Civil-Militar de 1964, tentou organizar uma resistência armada no Engenho Águas Compridas. O insucesso da resistência levou-o a viver por quase um mês escondendo-se no canavial. Depois viajou para o Sertão do Pajeú, onde estabeleceu residência com sua então companheira, Delzúite da Costa e Silva⁹.

Em seguida, mudaram-se para o Rio de Janeiro, morando em Magé. Procurado pela polícia política, cartazes com fotografias do seu rosto foram distribuídas em aeroporto, rodoviária e estação ferroviária. Sob o nome de Celestino Alves, seguiu realizando atividades políticas de oposição aos governos militares durante toda década de 1970. Morou em Teresópolis e atuou no Comitê da Anistia do Rio de Janeiro¹⁰.

Em maio de 1979, o casal teve o ônibus em que viajava, parado por uma blitz policial. Eles tentaram esconder o material político que carregavam, referente à Campanha de Anistia. Aduino não levava documento pessoal para evitar sua identificação. Durante a revista policial, Delzúite foi empurrada e ele, ao tentar defendê-

7 BARROS, Júlio César Pessoa de. Conflitos e negociações no campo durante o primeiro governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964). Dissertação de Mestrado em História - UFPE, 2013. 240 f. p. 185.

8 BARROS, Júlio César Pessoa de. Conflitos e negociações no campo durante o primeiro governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964). Dissertação de Mestrado em História - UFPE, 2013. 240 f. p. 183.

9 Comissão Estadual Memória e Verdade Dom Hélder Câmara - CEMVDHC. Relatório - Aduino Freire da Cruz. 2012. <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/adauto-freire-da-cruz-pdf>.

10 Comissão Estadual Memória e Verdade Dom Hélder Câmara - CEMVDHC. Relatório - Aduino Freire da Cruz. 2012. <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/adauto-freire-da-cruz-pdf>.

la, foi golpeado, caindo morto ao sofrer um fulminante infarto¹¹.

Adauto foi enterrado com o nome de Celestino. A sua família, esposa e dois filhos, passaram a ser perseguidos. Francisco Julião, companheiro no período das Ligas, havia regressado do seu exílio no México, em 1979, e os ajudou a retornar para Pernambuco¹².

A trajetória de Adauto Freire e de sua família aproxima-se a de diversos outros camponeses, perseguidos e exilados em seu próprio país. Um caso bastante conhecido foi vivido pela família de João Pedro Teixeira, líder da Liga Camponesa de Sapé, na Paraíba, e assassinado em 1962 a mando de proprietários de terra. Elizabeth Teixeira e seus filhos, após o golpe de 1964, passaram a viver um exílio no país. Essa história foi contada por Eduardo Coutinho no filme *Cabra Marcado para Morrer*¹³.

A imagem (fig. 01) que aparece colada ao prontuário de Francisco Julião funcionava como um troféu. Significava a vitória da repressão policial e da perseguição política sobre trabalhadoras e trabalhadores rurais. Inserida na documentação policial, a exposição desses sujeitos apresentava os derrotados em 1964, os considerados criminosos subversivos e seus líderes, aqueles a serem perseguidos. É possível que alguns já estivessem mortos quando a fotografia foi apreendida e anexada ao prontuário. A narrativa desta derrota está registrada nos livros de história. Era o fim do movimento das Ligas Camponesas, da vida de muitas pessoas, da esperança de outras.

A fotografia dos trabalhadores de Goiana apareceu em outra fonte documental. Alguns anos depois de vê-la no prontuário policial da DOPS-PE, encontrei-a publicada no jornal *A Liga*. Editado no Rio de Janeiro, sob a direção de Francisco Julião, o semanário era o órgão de imprensa das Ligas Camponesas. Noticiava informações sobre a luta dos trabalhadores pela reforma agrária no Brasil e na América Latina, veiculava editoriais de análise do contexto político do início dos anos 1960, além de registrar a expansão do movimento camponês, com a criação de novas Ligas em várias regiões do país. A circulação do jornal ocorreu entre 1962 e 1964, quando foi interrompida pelos agentes do Golpe Civil-Militar de 1964. Em dezembro de 1963, na edição do dia 04, o jornal noticiava a vitoriosa greve dos trabalhadores rurais da cana-de-açúcar em Pernambuco. Na narrativa do jornal sobre essa vitória havia duas fotografias, sendo uma delas a mesma que estava no prontuário policial da DOPS-PE. É possível pensar que a polícia conseguiu esta fotografia quando fechou o jornal *A Liga* e apreendeu o seu material. Ou mesmo com algum integrante das Ligas Camponesas ao ser preso. Sabe-se que a imagem foi produzida para o jornal e depois foi compor a documentação policial.

11 Comissão Estadual Memória e Verdade Dom Hélder Câmara - CEMVDHC. Relatório - Adauto Freire da Cruz. 2012. <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/adauto-freire-da-cruz-pdf>.

12 Comissão Estadual Memória e Verdade Dom Hélder Câmara - CEMVDHC. Relatório - Adauto Freire da Cruz. 2012. <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/adauto-freire-da-cruz-pdf>.

13 MONTENEGRO, Antonio Torres. *Cabra marcado para morrer: entre a memória e a história*. In: Mariza de Carvalho Soares; Jorge Ferreira. (Org.). *A História vai ao Cinema. Vinte filmes brasileiros comentados por historiadores*. 1ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Figura 2 – Experiência da greve geral em Pernambuco



Fonte: Jornal A Liga. 04 de dezembro de 1963. p. 05.

O que narrava a foto publicada pelo jornal? Dizia sobre as conquistas dos trabalhadores com a greve geral de 1963 e a comemoração na área central da cidade de Goiana. O texto da reportagem informava que era um dia chuvoso de novembro quando perto de cinco mil pessoas se reuniram e receberam Adauto Freire e Francisco Julião, que realizaram seus discursos¹⁴.

Escavar e recordar, para se referir a Walter Benjamin¹⁵, é o que nos interessa. Não apenas para fazer um inventário dessa fotografia, mas para mostrar “as camadas de terra” que a escondiam. Interroga-las para narrar com as representações das lutas e das vitórias dos trabalhadores rurais foram soterradas, jogadas ao fundo, criminalizadas por camadas de práticas e de discursos que negavam esse momento de autonomia e conquistas.

Há ainda outra questão a ser destacada para aquele ano de 1963. Sob toda repressão e perseguição, a mobilização política dos camponeses garantiu a aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural e o estabelecimento do Acordo do Campo, que estabeleceram normativas para as tarefas a serem exercidas nos canaviais e assegurou o recebimento do salário mínimo. O direito à remuneração mínima, consolidado

14 Comemorações da vitória. Jornal A Liga. 04/12/1963. p. 01.

15 BENJAMIN, Walter. Imagens de pensamento - Sobre o haxixe e outras drogas. Ed. autêntica, 2015. p. 101.

durante o primeiro governo de Getúlio Vargas para os trabalhadores urbanos, finalmente era estendido para o campo. A criação dos sindicatos rurais, a partir de 1962, ofereceu outra forma de organização política e o reconhecimento, como categoria profissional, dos trabalhadores rurais. No início da década de 1960, a Justiça do Trabalho começou a estabelecer suas Juntas de Conciliação e Julgamento no meio rural e possibilitou a condição daquelas pessoas se reivindicarem como trabalhadores detentores de direitos mediante o Poder Judiciário. Ainda para o ano de 1963, em janeiro, houve a posse do novo Governo do Estado de Pernambuco, eleito com apoio da “Frente do Recife”¹⁶, formada por setores progressistas e de esquerda, como comunistas e socialistas. O novo governante procurou retirar a polícia estadual da função de reprimir os trabalhadores. Nos períodos anteriores, os chefes do executivo direcionaram, em vários episódios, a força policial para atender os proprietários de terra, donos de engenho e usineiros e atuarem na repressão de qualquer tentativa de organização e reivindicação dos trabalhadores rurais. Assim, em 1963, o Estado e sua força policial passaram a agir entre a violência dos senhores da terra e as mobilizações dos trabalhadores.

As greves dos canavieiros de 1963 indicavam que aqueles moradores de engenho, sobreviventes em uma relação de controle exercida pelos senhores da terra, em um regime com permanências da prática de escravidão, conquistavam forças para levantar, marchar e se revoltar. Aqueles indivíduos, subsistentes em meio aos canaviais, ocupavam o espaço público, pautavam uma agenda política, mobilizavam patrões e governos para discutir suas reivindicações, apresentavam-se como sujeitos políticos, tornavam-se visíveis.

Por que contar essa história apenas pela derrota imposta pelo golpe de 1964? Por que tornar hegemônica a narrativa visual da polícia que insere a fotografia no prontuário funcional da DOPS-PE com o objetivo de criminalizar os sujeitos e suas lutas, apresentando-os unicamente como derrotados? É necessário olhar as coisas de outro ponto de vista. Neste caso, as fotografias podem oferecer outra narrativa. As formas como são olhadas e analisadas é um gesto político, como pontua George Didi-Huberman¹⁷. Debruçar-se sobre elas, estabelecer seu teor histórico e perturbar o nosso passado a partir da sua compreensão, em um movimento a contrapelo, como afirmou Walter Benjamin em suas teses, é o dever do historiador.

As imagens dos trabalhadores em seus momentos de revolta, levante e comemorações foram duplamente sobreviventes. Sobreviveram enquanto material. Sobreviveram como rostos apresentados, gestos fotografados, formas de agir. Foram empurradas para o fundo, como restos, que emergem nas fraturas. Ressalvo,

16 Ver a dissertação de Taciana Mendonça Santos. Alianças políticas em Pernambuco: a(s) frente(s) do Recife (1955-1964). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

17 DIDI-HUBERMAN, Georges. Cascas. Rio de Janeiro: Editora 34, 2017. p. 106.

entretanto, que o objetivo de leitura dessas imagens não é promover a redenção, nem indicar o caminho da revelação. Não relata o fim dos tempos promovido por uma derrota, nem promete o horizonte de salvação. Como afirma Didi-Huberman¹⁸– o que me parece fundamental para este texto – essas fotografias nos permitem pensar que “a destruição nunca é absoluta”. Os camponeses apresentados na fotografia do jornal *A Liga* são vitoriosos. Da ruína desse registro, farrapos de fato, que constitui um esquecimento pelo trabalho da memória, pode-se narrar sobre as lutas, as conquistas, as esperanças e as comemorações desses trabalhadores. Narrar o que parece inimaginável. Não deixar avançar o esquecimento.

A fotografia dos trabalhadores em Goiana (fig. 02) não sobreviveu sozinha. Pode formar um conjunto, montado a partir do diálogo com outras imagens. As passeatas de trabalhadores, que emergiam dos canaviais, tomando as ruas das cidades do interior do estado e mesmo das capitais, são algumas dessas outras. Em 1963, o jornal *Terra Livre*, editado pelo PCB, publicou fotos desse movimento de trabalhadores em Pernambuco.

Figura 3 – Cortadores de cana de açúcar reunidos



Fonte: Jornal *Terra Livre*, dezembro de 1963 (reprodução) / Disponível em:
<<http://memorialdademocracia.com.br/conflitos/pe>>.

18 DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Trad. de CASA NOVA, Vera e ARBEX, Márcia. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 84.

Figura 4 - Cortadores de cana de açúcar reunidos



Fonte: Jornal *Terra Livre*, dezembro de 1963 (reprodução) – Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/conflitos/pe>>.

As fotografias das passeatas apresentavam um desejo de testemunhar. São pessoas sem nomes, com rostos desfocados, mas que produziam o registro da existência e da força do levante. Mãos erguidas, carregando as foices e os facões, instrumentos de trabalho, que alongavam os braços e expandiam a revolta. Havia uma potente desobediência, para se fazer ver nas cidades, para se deixar registrar, para confrontar. Na fotografia (fig. 05) da manifestação, com cartaz de Fidel Castro e a faixa das Ligas, ocorrida em Recife, as pessoas empunhavam um objeto pontiagudo, com formato de espada, artefato para a revolta, para o levante.

Figura 5 - Manifestação das Ligas Camponesas. Recife, 1960



Fonte: Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/as-ligas-camponesas-entram-em-cena>>.

Em 1961, na cidade de Belo Horizonte, ocorreu o I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas que reuniu cerca de 1600 pessoas de todo país. Representantes de várias organizações políticas de trabalhadores rurais estavam presentes. Destacava-se a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB – ligada ao Partido Comunista, com maior delegação, e as Ligas Camponesas, com menor delegação, liderada por Francisco Julião. Ainda estavam no Congresso o Presidente da República, João Goulart, e seu Primeiro-Ministro, Tancredo Neves. O deputado socialista, um dos oradores do Congresso, animou a assembleia com a consigna das Ligas Camponesas de “Reforma Agrária na Lei ou na Marra”, conquistando a maioria dos delegados presentes para apoiarem uma posição mais radical no debate sobre a reforma agrária.

Bráulio Rodrigues, dirigente da Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio de Janeiro, foi um dos presentes ao Congresso de Lavradores em Belo Horizonte. Em seu relato de memória há uma lembrança sobre a marcha de trabalhadores no momento da chegada àquela cidade para participarem do evento. “Levamos uma bandinha de música, fizemos o hino... que eu não lembro mais o hino. Saltamos na estação e fomos a pé até a Secretaria de Educação [...] Nós fomos cantando e o povo aplaudindo na Avenida Afonso Pena, passando na Praça Sete”¹⁹. Na sequência do seu relato de memória, Bráulio acabou por recordar um trecho da letra do hino cantado pelos trabalhadores durante sua marcha pelas ruas de Belo Horizonte. Lembrou e cantarolou. “A bandeira que adoramos / não pode ser manchada / pelo sangue do nosso povo / marcharemos para a vitória”²⁰. Para minha surpresa, o hino lembrado, cantado pelos trabalhadores, era o Hino do Camponês, cujos autores eram Francisco Julião e o maestro Geraldo Menucci. A parte final do trecho cantado por Bráulio Rodrigues aparece fora de rima e não corresponde a versão oficial do hino. É possível haver ocorrido uma confusão na lembrança de quem se esforçou, no momento da entrevista, em recordar. Na versão oficial composta para as Ligas Camponesas afirmava-se: “a bandeira que adoramos / não pode ser manchada / pelo sangue de uma raça / presa ao cabo da enxada”²¹.

Em outro trecho, que não foi lembrado por Bráulio, a letra do hino dizia:

Não queremos viver na escravidão
Nem deixar o campo onde nascemos.
Pela terra, pela paz e pelo pão,

19 Filme “Francisco Julião: na lei ou na marra”. DIREÇÃO E ROTEIRO - Clarisse Viana, Fernando Barcellos. Realização - Observatório Fundiário Fluminense. 20 Idem.

21 Hino do Camponês. Autores: Francisco Julião e Geraldo Menucci. http://memorialdademocracia.com.br/ajax_audio_extra_item/1272. Acesso em 10/04/2019.

Companheiros, unidos venceremos!²².

O relato de memória de Bráulio Rodrigues nos permite imaginar os trabalhadores marchando e cantando pelo centro da cidade de Belo Horizonte, em 1961, o hino produzido para as Ligas Camponesas por um dos seus líderes. É provável ainda que a música também tenha sido cantada em outras marchas, como as representadas pelas fotografias, ocorridas no centro do Recife também no início dos anos 1960.

Hoje somos milhões de oprimidos,
Sob o peso terrível do cambão.
Lutando, nós seremos redimidos.
A reforma agrária é a salvação.²³

O maestro Geraldo Menucci, ao rememorar o processo de composição da música e a sua vivência com Francisco Julião, nos tempos das Ligas Camponesas, acionou uma memória da ação política proposta pelo líder camponês. Dizia Julião a um grupo de trabalhadores no interior de Pernambuco, segundo Menucci:

Imaginemos que cada grão de areia seja um de nós. Lá a frente uma faixa onde está escrito reforma agrária... Julião abaixa-se e agarra um punhado de areia. Segue falando...se arremesso em direção a faixa, logo os grãos se dispersam e não chegamos longe, à faixa. Mas se tomo o mesmo punhado de areia e coloco um pouco de água, ao arremessar conseguiremos chegar muito mais longe.²⁴

As Ligas Camponesas eram fundamentais, de acordo com a memória de Menucci sobre Julião, para construir essa coletividade. O deputado e advogado dos trabalhadores rurais imaginava formas de agir, avançar, tornar aquele grupo de pessoas protagonistas políticos a se insurgir. Ele era uma pessoa carismática e usava tal característica para mobilizar a gente. Julião ainda acionava sua capacidade pedagógica de transformar temas políticos em exemplos narrados com linguagem acessível para entendimento do trabalhador. A música, o hino do camponês, como também a Cartilha do Camponês e o ABC do Camponês²⁵, era instrumento para unir os trabalhadores em marcha, criar uma unidade de ação, animar a revolta, cantar os desejos contra a escravidão, pela reforma agrária. As marchas e a música criaram momentos de

22 Idem.

23 Idem.

24 Relato de Geraldo Menucci no documentário "Aurora 1964". Direção. Diego Di Niglio. 2017.

25 Textos escritos por Francisco Julião e lidos, muitas vezes, em voz alta nas feiras das cidades.

fraternidade, de combate em que os trabalhadores poderiam não mais se sentir subjugados, mas sim livres, sendo aplaudidos. Na memória do maestro Menucci, a ação política coletiva e a música surgem juntas.

Os registros de rebeldia e de desobediência contra a estrutura de exploração e de submissão deixaram também outros rastros. Antônio Callado, escritor e jornalista do *Correio da Manhã*, escreveu uma série de reportagens sobre a situação política do meio rural em Pernambuco, principalmente após a vitória de Miguel Arraes para governador, em 1962. Para Callado, havia uma revolução sem violência em curso, ao se referir as novas experiências políticas e sociais implementadas por Arraes, entre as quais; projetos de alfabetização, estabelecimento de salário mínimo para trabalhador rural e aplicação do seu Estatuto.

Callado argumentava que o “movimento de agitação das massas preencheu, em poucos anos, o papel da educação que essas massas nunca tinham tido”²⁶. As marchas de trabalhadores, suas reuniões e suas greves acabaram por criar uma pedagogia da revolta, que ensinaria àquelas pessoas dos canaviais que a pobreza não era natural, mas fruto de uma forma de relação social. Além disso, aprendia-se que havia direitos a serem reivindicados e conquistados e isso poderia ocorrer por meio da revolta. Esse era o principal caminho que proporcionou mudanças sociais no meio rural no início da década de 1960. A ocupação de um pequeno pedaço do Estado por um governo mais sensível as questões populares, comandado por Miguel Arraes, também contribuiu para efetivar esse aprendizado.

A força da revolta que criava espaços de conquistas não estava apenas nas ações do governo, mas nas pessoas que encontravam energias e desejo para enfrentar o controle, pretendido como total, dos senhores da terra. Antônio Callado, nas conversas travadas durante suas viagens a Pernambuco e a Paraíba no início da década de 1960, registrou as falas dessa desobediência, dessa revolta, da aparição desses sujeitos políticos. O trabalhador Antônio Guedes, em um discurso no Sindicato Rural de Itambé, teria afirmado a ele: “Até agora só tem morrido companheiro da gente. Isso não está certo. Os engenhos têm até arma proibida, mas a gente tem foice, e árvore no caminho para pendurar latifundiário é o que não falta”²⁷.

As imagens dos trabalhadores podem ainda ser posta em outra ordem de leitura. Elas apresentam uma ação daqueles que se movimentam, saem dos canaviais, tomam as enxadas, as foices, as tochas, as ruas e se fazem ver e se deixam fotografar. Posam para o registro (fig. 01). Realizavam uma exposição, irrompem o cenário. Nesse sentido, as imagens não estão separadas da ação.

Deixar-se registrar em estado de rebeldia era algo que desafiava os senhores da terra e a polícia. As imagens eram e são o próprio ato de desafiar. Estampar as páginas

26 CALLADO, Antonio. Tempo de Arraes: a revolução sem violência. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. pp. 46-47.

27 CALLADO, Antonio. Tempo de Arraes: a revolução sem violência. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 46.

da imprensa facilitava o trabalho de identificação dos órgãos repressores, que ainda poderiam apreender as fotografias para tê-las em seus prontuários policiais. Muitos trabalhadores sabiam dos riscos que corriam ao confrontar os padrões, ao externar suas revoltas, ao levantar-se, ao se deixar ver em estado de rebeldia. Mas o fizeram.

Considerações finais

Para contar a história desses trabalhadores e de seus movimentos sociais é necessário promover sentido às sobras de um passado, registros que foram empurrados para margens. Rastros que não teriam a intenção de transmissão de algo²⁸. É necessário provocar uma reflexão sobre eles. Se o horizonte de destruição total para essas pessoas e para suas aparições houvesse chegado, essa história não faria sentido, não criaria um entendimento. Apesar do desejo de desumanização para esses trabalhadores, de apagamento de sua história, de suas existências, a operação que produziu essa destruição ainda deixou restos, como fotografias, relatos de memória, hinos, e sobre eles narramos. Porque essas sobras migram, buscam novas formas e afirmam que não estamos falando do fim, que a História não é progresso, que não há o trem da História. Há um caminho tortuoso, inclusive quando aponta para o horizonte de destruição. A nossa ação política não deve ser olhar para tal, mas disputar ainda o caminho.

As fotografias dos levantes e das comemorações dos trabalhadores apresentam esse caminho tortuoso que está sendo construído e destruído. Não falam sobre o que teria acabado, como desejavam os senhores da terra e demais setores sociais que rejeitaram ou deslegitimaram a ação política desses trabalhadores rurais. Dizem de uma experiência que pode ser transmitida e enquanto houver quem possa narrar, ver, ouvir, refletir, o fim não chegará.

As imagens deste texto formam memórias potentes que nos acenam em meio a um passado de repressão e violência. Não negam a derrota sofrida pelos movimentos dos trabalhadores em 1964. Contudo, migram no tempo, ocupam novas narrativas e podem oferecer uma memória de imagens, uma imagem do pensamento, uma imagem-ação política, uma história na qual aquele levante de trabalhadores é uma experiência de humanidade, humanizadora.

Recebido em 15 de abril de 2019.

Aprovado em 10 de julho de 2019.

28 GAGNEBIEN, Jeanne Marie. Lembrar esquecer esquecer. São Paulo, editora 34, 2006. p. 113.